



## **Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

### **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014**

#### **ATA N.º 5/2014**

Aos onze dias do mês de novembro, do ano de dois mil e catorze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária, Maria Odete Pinho Cabral, e da Segunda Secretária, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Frederico Furtado de Sousa, Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Eduíno Manuel da Ponte Rego; Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, Norberto Carlos Cordeiro da Ponte, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado, André Carvalho Almeida, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, Paulo Nuno de Faria Reis, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Tiago Miguel Luz Almeida, Paula Catarina Castelo Borges Andrade, Jorge Alberto Rego França, Octávio Manuel Borges Cabral, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, Gilberto de Sousa Borges, César Augusto Medeiros Pacheco, Adriana Martins Falcão Rebelo, José Fernando Medeiros Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão o membro Olga Maria Rodrigues Borges Soares, que justificou a ausência.

Em representação da Câmara Municipal, participaram o Senhor Presidente da Câmara Municipal, acompanhado pelos Vereadores: Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota, Fernando Jorge Ventura Moniz, José Duarte Barbosa Cabecinha, Elisabete do Carmo Pacheco Tavares, Marco Paulo da Silva Teixeira e Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal começou por referir que, antes de dar início à quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal, gostaria de saudar todos os presentes e desejar um bom trabalho, dado à extensa agenda de trabalhos, com vinte e um pontos para analisar.

De seguida, a Presidente da Assembleia propôs que, tendo sido enviada cópia da ata a todos os deputados municipais fosse dispensada a leitura da mesma, o que foi aceite por unanimidade. Posteriormente, foi votada a ata da quarta sessão ordinária, respeitante ao dia 30 de setembro de 2014, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

No momento seguinte, a Presidente da Assembleia apresentou a correspondência recebida, no período de 1 de outubro a 10 de novembro de 2014, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta, destacando apenas a de maior relevância:

- O aviso convocatório para a 2.ª reunião ordinária do conselho de ilha, que se realizou no salão nobre da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, cuja agenda de trabalhos versou:

1- A anteproposta do Plano Regional Anual para 2015;

2- O regimento de funcionamento;

3- “Relatório da Baleação Micaelense” da Seção do Bote Baleeiro de Clube Naval de Vila Franca do Campo;

4- Outros assuntos com interesse para o Conselho de Ilha;

Como representante deste órgão no Conselho de Ilha, informou o que de mais relevante se abordou: Relativamente à anteproposta do Plano Regional Anual para 2015, alguns dos senhores Conselheiros manifestaram, por um lado, desacordo sobre as orientações do documento em análise, porque prosseguia as orientações de documentos idênticos anteriores que não terão logrado contrariar o elevado desemprego, as dificuldades sociais ou o abono escolar precoce.

Por outro lado, alguns Senhores Conselheiros manifestaram o seu acordo sobre as orientações daquele documento, salientando que o mesmo documento desenhava políticas transversais com o objetivo de aumentar a competitividade e a empregabilidade da economia regional, bem como para aumentar a coesão territorial e a sustentabilidade, a qualificação e a inclusão social, para contrariar a atual conjuntura económica e social

Colocada à votação, a Anteproposta do plano mereceu parecer favorável do Conselho de Ilha, com 16 votos a favor, 10 contra e uma abstenção.

Foi aprovado por unanimidade, o “Relatório da Baleação Micaelense”, constante do terceiro ponto da ordem de trabalhos, com a indicação da Mesa do Conselho de Ilha dar conta de tal votação ao Governo Regional dos Açores, com o objetivo de vincar a ideia de que em São Miguel houve baleação e que, ainda, existia algum património acerca daquela matéria que necessitava ser preservado e inventariado, alertando para a eventual possibilidade de constituir o roteiro da baleação açoriana.

No âmbito do último ponto da ordem de trabalhos – outros assuntos, foi apresentada aos senhores Conselheiros uma proposta visando solicitar ao Governo Regional dos Açores uma análise à situação em que se encontra o Porto de Ponta Delgada e a necessidade de renovar o

seu equipamento, para que tal infraestrutura pudesse responder, com eficácia, ao propósito de desenvolvimento da economia da ilha e da Região.

Igualmente no âmbito do último ponto da ordem de trabalhos, foi apresentado aos senhores Conselheiros um protesto, visando censurar a deliberação da Assembleia da República, que recusou aprovar o apoio solidário devido à Região Autónoma dos Açores pelas intempéries verificadas, apoio que, sendo devido, tinha sido concedido, em igualdade de circunstâncias, à Região Autónoma da Madeira.

A proposta e o protesto apresentados foram aprovados por unanimidade dos senhores Conselheiros, incumbindo à Mesa do Conselho de Ilha dar conhecimento de tais deliberações às entidades visadas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

#### **PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

Para conhecimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou todos os deputados municipais da atividade Camarária, de acordo com os documentos que lhes tinham sido, previamente, disponibilizados.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PONTO N.º 2 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2015:**

De acordo com o estipulado no Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, foi presente a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano desta Câmara Municipal para o ano financeiro de 2015.

Na proposta do orçamento da Câmara, foi prevista uma receita total de 12.300.000,00 € (doze milhões e trezentos mil euros), sendo 9.008.559,00 € (nove milhões oito mil quinhentos e cinquenta e nove euros) de receitas correntes e 3.291.441,00 € (três milhões duzentos e noventa e um mil quatrocentos e quarenta e um euros) de receitas de capital, para uma despesa de igual montante, sendo 6.923.739,00 € (seis milhões novecentos e vinte e três mil setecentos e trinta e nove euros) de despesas correntes e 5.376.261,00 € (cinco milhões trezentos e setenta e seis mil duzentos e sessenta e um euros) de despesas de capital.

O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de 3.770.677,00 € (três milhões setecentos e setenta mil seiscentos e setenta e sete euros) e no

Plano de Atividades Municipal foi de 460.600,00 € (quatrocentos e sessenta mil e seiscentos euros), totalizando as Grandes Opções do Plano em 4.231.277,00 € (quatro milhões duzentos e trinta e um mil duzentos e setenta e sete euros).

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou que os documentos apresentados eram bastante elucidativos em relação às opções do Município para o próximo ano. Era um orçamento com grande cunho social e que também já evidenciava as opções de investimento para os próximos anos.

Considerou aquela proposta de orçamento e grandes opções do plano para o ano financeiro de 2015 ser a melhor possível, dadas as limitações e os constrangimentos existentes, tendo merecido a aprovação, por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal.

Apesar de, ainda, não serem conhecidos os regulamentos do novo quadro comunitário foram incluídas algumas iniciativas que estavam inseridas no manifesto eleitoral do Partido Socialista. De qualquer forma, iria aguardar pela publicação dos mesmos, que devia ocorrer até ao final do ano, para avaliar se as ações incluídas no plano seriam possíveis de executar com recurso aos fundos comunitários, estando disponível para esclarecer as questões que os senhores Deputados Municipais quisessem colocar.

De seguida usou da palavra o senhor Deputado Municipal Rui Meneses, informando que, relativamente às negociações entre o senhor Presidente da Câmara e senhor Vereador José Duarte Cabecinha, existiam situações que mereciam alguma clarificação.

Assim, na rubrica “Valorização da frente marítima de Santa Cruz” estava inscrito em plano a quantia de 90.000,00€. Tratando-se de uma zona que merecia ser bastante melhorada, julgava que aquela verba não seria suficiente e nos anos seguintes não se verificava qualquer inscrição de valor, questionando acerca da razão pela qual não se tinha prolongado no tempo a referida obra, com a inscrição de mais algum valor.

Relativamente ao edifício polivalente da freguesia de Santa Cruz, estava prevista uma transferência de 60.000,00 em duas tranches de 30.000,00€, não se prevendo que o Governo Regional cumprisse com a promessa de transferência daquele valor.

Sobre a requalificação do polidesportivo de Santa Cruz, questionou se os 50.000,00€ inscritos seriam suficientes para proceder às obras de requalificação. Desconhecia o custo da referida obra, apenas sabia que o mesmo necessitava de uma intervenção de fundo. Comparativamente a outros polidesportivos, onde estavam inscritos em orçamento 40.000,00€ e, ao que julgava saber, já tinham sido alvo de algumas intervenções, pelo que, entendia não ser suficiente o valor previsto para o polidesportivo de Santa Cruz.

Sobre as questões colocadas pelo senhor Deputado Municipal Rui Meneses, o senhor Presidente da Câmara esclareceu o seguinte:

- A Câmara Municipal em 2009 contratou os serviços de um arquiteto para a elaboração de um concurso de ideias, onde tinha sido apresentado um estudo para a baía de Santa Cruz. Entretanto, a situação tinha sido alterada e, naquele momento, a solução apresentada já não fazia sentido. A solução atual passava por elaborar um estudo que ia ao encontro das forças vivas da freguesia de Santa Cruz, representada pela Junta de Freguesia.

Acrescentou que possuía algumas ideias que podiam ser diferentes dos restantes intervenientes, pelo que, seria necessário encontrar um parecer consensual. Assim, deveria ser convidado um arquiteto, para que, com todos os intervenientes, pudesse trabalhar, no sentido de desenvolver um plano de utilização daquele espaço. O processo poderia passar pela aquisição ou permuta de terrenos e a que viesse a fazer mais sentido seria reforçada adequadamente. Deste modo, no próximo ano seria desenvolvido um projeto com uma posição consensual.

- Relativamente às obras do edifício polivalente de Santa Cruz, estava prevista uma transferência de 60.000,00 em duas tranches de 30.000,00 destinada às obras do edifício polivalente, atendendo que o Governo Regional nunca tinha transferido qualquer valor para o apoio àquelas obras, sendo que, 30.000,00€ ficavam já inscritos na proposta e os restantes 30.000,00€ seriam reforçados, aquando da apresentação da conta de gerência. Acrescentou que acreditava que o Governo Regional viesse a cumprir com a sua palavra, assumindo, assim, o seu compromisso.

Percebia a vontade da senhora Presidente da Junta de Freguesia em inaugurar aquelas instalações, de modo a entregá-las às diversas associações da freguesia, que muito necessitavam daquele espaço, para desenvolverem as suas atividades, condignamente. Realçou que a Câmara Municipal continuaria a investir naquela obra.

- Quanto ao Polidesportivo de Santa Cruz, tratava-se de outro processo que urgia tomar uma decisão para o futuro e de forma consensual, nomeadamente quanto ao piso, que poderia ser sintético, igual ao do Cabouco e da Ribeira Chã ou, então, igual ao da Pousada da Juventude, que permitia a prática de mais desportos.

Acrescentou que considerava que o valor inscrito era suficiente para as intervenções propostas, ficando apenas pendente a questão do piso.

De seguida usou da palavra o Deputado Municipal Frederico Sousa, que felicitou o atual executivo camarário pela aprovação do orçamento para o próximo ano, que através do

consenso entre todos, tinha permitido, pela segunda vez consecutiva, a sua aprovação por unanimidade na Câmara Municipal.

Também felicitou a Câmara Municipal pelo facto de ser a mais bem posicionada no *ranking* do grau de transparência.

A Deputada Municipal Helena Furtado referiu que na rubrica de requalificação da rede de equipamentos do ensino básico estava inscrita uma verba de 288.000,00€, quando no ano passado estava inscrito apenas 45.000,00€. Assim questionou se a Câmara Municipal iria executar alguma obra de maior grandeza.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a diferença da dotação prendia-se com o facto de, no ano passado, ter havido candidaturas para a construção de anexos em várias escolas, ao abrigo do programa Prorural, o que não se tinha concretizado por insuficiência de fundos.

Para o próximo ano tinha sido decidido incluir no novo quadro comunitário a requalificação da Escola Primária EB JI Dr. Francisco Faria e Maia, na freguesia do Cabouco, com a construção de um novo bloco, onde funcionará o ginásio e refeitório daquela escola. Acrescentou que aquela freguesia era a que tinha a maior taxa de crescimento a nível de alunos, pelo que se justificava aquele investimento.

Acrescentou, ainda, que nas Escolas D. Manuel Medeiros Guerreiro, Octávio Gomes Filipe e Tavares Canário estavam previstas construções de anexos para a prática de educação física. Para a Escola Francisco Carreiro da Costa estava prevista a requalificação geral da mesma.

Quanto à Escola EB 2,3 Padre João José do Amaral, o Governo Regional já tinha lançado concurso público para a elaboração do respetivo projeto, prevendo-se o início das obras em 2016, com conclusão para 2017.

Para terminar informou de que, com todas aquelas obras, o concelho ficaria dotado com um excelente parque escolar.

O Deputado Municipal Rui Meneses informou que no último orçamento e grandes opções do plano o Grupo Parlamentar do PSD tinha ido ao encontro do plano apresentado pelo executivo e que este ano tinha procedido de igual modo, em virtude de ter havido abertura do senhor Presidente da Câmara e do executivo camarário para que aquele partido apresentasse as suas propostas.

No ano passado propuseram, apesar de as Juntas de Freguesia serem maioritariamente do Partido Socialista, o aumento de 5% nos acordos de execução com as Juntas de Freguesia do concelho, proposta que tinha sido aceite e que se deveu ao Partido Social Democrata.

Para o próximo ano propuseram propostas com maior investimento, designadamente: a Valorização da frente marítima de Santa Cruz - 90.000,00€; a requalificação do polidesportivo de Santa Cruz - 50.000,00€ e o edifício polivalente de Santa Cruz - 30.000,00€.

Face ao exposto, informou de que o orçamento e grandes opções do plano para 2015 iria ter o seu voto "a favor", dado que, através de acordo entre os dois partidos tinham conseguido, de alguma forma, alterar o mesmo.

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que apesar das grandes dificuldades com que foram confrontados os Municípios, tinha sido com grande regozijo que constataria que o orçamento do Município de Lagoa apostava, à semelhança dos anos anteriores, na área cultural, que normalmente era a mais afetada em situações de recessão económica e que era crucial ao progresso de uma comunidade, potenciando, assim, a oferta turística, em todas as freguesias do concelho, através do apoio a diversas atividades culturais. Acrescentou que, a partir do próximo ano, os municípios e as freguesias tinham que valorizar, cada vez mais, as suas potencialidades para fazer face a uma nova realidade proveniente do presumido crescimento turístico que poderia surgir com as viagens *low cost* e que poderia conduzir ao desenvolvimento económico local.

Referiu, também, que era de realçar a continuação de ações previstas no plano social, as quais contribuíam para a diminuição da pobreza, do desemprego e da exclusão social, numa altura de grandes dificuldades para as famílias e na continuação da aplicação de medidas que estimulavam a economia e que potenciavam a sustentabilidade das empresas, através da isenção de algumas taxas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria, dos vinte e cinco membros presentes, com as abstenções das Deputadas Municipais Helena Furtado e Sónia Câmara:

- 1.º** Aprovar o Orçamento para 2015 no montante de 12.300.000,00 € (doze milhões e trezentos mil euros);
- 2.º** Aprovar as Grandes Opções do Plano para 2015;
- 3.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **PONTO N.º 3 – PROPOSTA – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2015:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2015, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de Remunerações dos trabalhadores

que exercem funções públicas, elaborada com base na Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que o mapa de pessoal apresentado correspondia ao atual mapa aprovado, recentemente, naquela Assembleia Municipal, em sua sessão de 30 de setembro, do corrente ano.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

- 1.º** Aprovar a proposta apresentada do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa para 2015, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro;
- 2.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 4 – CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO:**

Pela Câmara Municipal, foi presente o pedido de autorização para a Câmara Municipal contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), de acordo com a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que, à semelhança dos anos anteriores, era proposto a contratação de um empréstimo de curto prazo de modo a contribuir para um reforço das disponibilidades de tesouraria no início do ano e reduzir assim o prazo de pagamento a fornecedores, o qual deveria ser liquidado até 31 de dezembro de 2015.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

- 1.º** Autorizar a Câmara Municipal a contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que, sobre os pontos 5 a 9 - Acordos de execução com as Juntas de Freguesia



do concelho, esclareceu que os valores a transferir para as Juntas de Freguesia apresentavam uma redução de 5% em relação aos valores aprovados para 2014, ou seja, os valores a transferir ficariam ao nível de 2013.

Acrescentou que reuniu, previamente, com todos os Presidentes de Junta de Freguesia do concelho para informar acerca dos motivos daquela decisão e que os mesmos tinham entendido as razões inerentes à medida adotada.

Informou, ainda, de que, de forma global, ao longo do ano, a Câmara Municipal tinham acabado por atribuir apoios pontuais superiores, em alguns casos, aos valores que iriam ser retirados. Aproveitou a oportunidade para apelar ao bom senso de todos os Presidentes de Junta de Freguesia, face aos constrangimentos impostos pelo Governo da República às autarquias locais. Acrescentou, ainda, que no próximo seria feito um grande esforço para reduzir a despesa.

O Deputado Municipal Rui Meneses informou que, do ponto de vista legal, possuía uma dúvida que se prendia com o facto de na cláusula 6.<sup>a</sup> dos referidos acordos, referir que os mesmos tinham a duração de quatro anos, coincidente com o mandato do órgão deliberativo, desconhecendo, assim, se os mesmos poderiam ser alterados.

Julgava que não havia necessidade de reduzir em 5%, cerca de 30.000,00€, o valor transferido para as Juntas de Freguesia e revelou que, inicialmente, tinha pensado que o senhor Presidente estaria a reduzir para que o Grupo Parlamentar do PSD propusesse o aumento de 5%.

Referiu que o Grupo Parlamentar do PSD não iria votar contra, porque sabia que as Juntas de Freguesia necessitavam daqueles valores, principalmente numa altura que, cada vez mais, existiam maiores restrições para as Autarquias Locais, mas que iriam se abster face à reserva exposta.

A Deputada Municipal Adriana Rebelo referiu que procurou saber se era legal, ou não, alterar os acordos de execução, quando os mesmos tinham a vigência de quatro anos, mas não tinha conseguido obter nenhuma resposta cabal, daí a abstenção do Partido Social Democrata.

De seguida, questionou se para a Junta de Freguesia de Santa Cruz, estava prevista a atribuição de algum apoio para as festas de Santo António, dado que todas as restantes Juntas de Freguesia tinham inscritas verbas em orçamento para ações culturais. Anteriormente, deixou de estar e no presente ano a situação era idêntica. Contudo, desconhecia se estaria incluída alguma verba na rubrica de investimento cultural.

Sobre a dúvida de legalidade levantada pelos senhores Deputados Municipais, o senhor Presidente da Câmara esclareceu que os acordos eram aprovados pela Assembleia Municipal

sob proposta da Câmara Municipal e que, igualmente, tinham competência para os alterar, pelo que, não entendia a razão da dúvida colocada.

Relativamente ao corte de 5% no valor dos apoios a transferir, o mesmo tinha a ver com a sustentabilidade futura do Município. Era certo que 30.000,00€ não era um valor considerável, durante um ano, mas se multiplicássemos por vinte anos já passava a ser um valor considerável. Todo o esforço de poupança que fora executado naquele orçamento teria repercussões nos orçamentos seguintes.

Quanto ao apoio às festas de Santo António, informou de que na reunião que tinha tido com a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz tinha transmitido que iria apoiar as referidas festividades, mas que não ficariam inscritas em plano; contudo seria na mesma ordem de grandeza do ano anterior. Assim, não tinha entendido a questão apresentada.

A Deputada Municipal Adriana Rebelo referiu que como não estava inscrito qualquer valor poderia não ser executado, ao que o Senhor Presidente afirmou que preferia não comentar a afirmação da senhora Deputada Municipal.

O Deputado Municipal Gilberto Borges interveio informando que também o ano passado não estava inscrita qualquer verba para a Junta de Freguesia de Santa Cruz e que a mesma tinha recebido o apoio para a realização das festas de Santo António. A Junta de Freguesia do Rosário tinha inscrito no orçamento camarário o valor de 5.000,00€ para a promoção de atividades culturais. Referiu que gostaria de ver se a Junta de Freguesia de Santa Cruz com aquele valor conseguiria executar as festas de Santo António. Com o valor que estava imputado à Junta de Freguesia do Rosário a mesma promovia, todo o verão, vários eventos, enquanto a Junta de Freguesia de Santa Cruz só promovia as festas de Santo António. Ao que julgava saber todas as outras atividades que ocorriam em Santa Cruz eram promovidas pela Câmara Municipal.

A Deputada Municipal Adriana Rebelo informou que não estava a por em causa o apoio, porque era grata à Câmara Municipal por todo o apoio já atribuído. A título meramente exemplificativo, referiu que o apoio atribuído pela Câmara Municipal não era suficiente para metade das despesas que a Junta de Freguesia possuía com a realização daquelas festas. Contudo, não era isso que pretendia discutir, pois competia àquela Junta de Freguesia gerir os seus recursos. Esclareceu que apenas pretendia transmitir o facto de como não estava inscrito o valor tornava-se difícil para a Junta de Freguesia fazer um planeamento, adequado, para a execução das festas e preparação do seu orçamento.

#### **PONTO N.º 5 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria dos vinte e cinco membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Hermano Rego, Helena Furtado, Paulo Reis, Jorge França, Adriana Rebelo e Sónia Câmara:

**1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 6 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Santa Cruz, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria dos vinte e cinco membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Helena Furtado, Paulo Reis, Jorge França, Adriana Rebelo e Sónia Câmara:

**1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Santa Cruz, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 7 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Água de Pau, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria dos vinte e cinco membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Hermano Rego, Rui Meneses, Helena Furtado, Paulo Reis, Jorge França, Adriana Rebelo e Sónia Câmara:

- 1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Água de Pau, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 8 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DO CABOUÇO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia do Cabouço, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria dos vinte e cinco membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Hermano Rego, Helena Furtado, Paulo Reis, Jorge França, Adriana Rebelo e Sónia Câmara:

- 1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia do Cabouço, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 9 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia do Ribeira Chã, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria dos vinte e cinco membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Hermano Rego, Rui Meneses, Helena Furtado, Paulo Reis, Jorge França, Adriana Rebelo e Sónia Câmara:

- 1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia da Ribeira Chã, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 10 – PROPOSTA – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELA CÂMARA MUNICIPAL:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de autorização prévia genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos, que abaixo se transcreve:

“Considerando o que dispõe o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, na sua atual redação, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando ainda que, e por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

Considerando, outrossim, que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano;

Considerando que, atenta esta faculdade, e ainda a celeridade, eficácia e boa implementação da estratégia de desenvolvimento municipal justamente desenvolvida pelos órgãos de Município, nomeadamente através da aprovação dos documentos previsionais, importa que seja solicitada a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, na sua atual redação, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (artigo 13.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação);

Considerando ainda o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 4/2002, de 6 de fevereiro, e n.º 9/2002, de 5 de março, e alterada pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;

Assim, proponho o seguinte:

**1.º** Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

**2.º** Que delibere solicitar à Assembleia Municipal que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;

**3.º** Que delibere ainda a Câmara Municipal que a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e no Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, na sua atual redação, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;

**4.º** Que mais delibere a Câmara Municipal que, na sequência do pedido de autorização prévia formulado, seja igualmente autorizada a delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública;

**5.º** Que delibere ainda a Câmara Municipal que, com a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente informação.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou tratar-se de aprovar um conjunto de autorizações, no âmbito da Lei dos Compromissos, por forma a agilizar processos de despesa, o que, a não acontecer, implicaria a realização de sessões da Assembleia Municipal, propositadamente, para o efeito, o que seria impraticável.

O Deputado Municipal Rui Meneses informou que o Grupo Parlamentar do PSD iria abster-se na votação, pois tanto podiam ser despesas correntes, como de capital e como tal cabia ao executivo camarário, executar, da melhor forma, o que estava estipulado.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria dos vinte e cinco membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Rui Meneses, Helena Furtado, Paulo Reis, Jorge França, Adriana Rebelo e Sónia Câmara:

- 1.º Aprovar a proposta de autorização prévia genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos;
- 2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 11 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES N.º 10 DO ART.º 18.º:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, propondo a alteração ao artigo 18.º (Ocupações Diversas) e cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

- A Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 18/12/2012, aprovou a alteração ao REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA - AÇORES, permitindo um regime de isenção nos últimos anos do licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal para instalação/ocupação de esplanadas, com mesas e cadeiras, ficando totalmente isento do pagamento de qualquer taxa;
- O País continua num período de grandes dificuldades económicas, pelo que urge continuar a tomar medidas que estimulem a economia e que potencializem, pelo menos, a sustentabilidade das empresas ligadas a este setor de atividade e os respetivos postos de trabalho;
- Se pretende proporcionar um bom serviço e potencializar a oferta dos seus produtos, uma vez que as empresas de restauração têm por hábito requerer a ocupação de espaço de domínio público junto aos seus estabelecimentos para proporcionar serviço de esplanada;
- Cada vez mais, este tipo de serviço é essencial para a sobrevivência dos estabelecimentos de restauração pois, coincidindo com a época do verão - onde têm, por natureza, mais clientela, permite maximizar a sua oferta;
- A Lagoa continua empenhada em criar condições para a fixação de pessoas e empresas no Concelho, na promoção da economia local e na criação de emprego.

Propõe-se a prorrogação do regime de exceção durante o ano de 2015.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a presente proposta pretendia estender durante o ano de 2015 a isenção das taxas na ocupação do espaço público com esplanadas.

A Deputada Municipal Helena Furtado referiu que na sessão do passado dia de 30 de abril, aquando da aprovação da proposta para o ano em curso tinha questionado acerca razão pela qual, também, não incluíam todo o comércio tradicional. Na ocasião, o Senhor Presidente da Câmara informou que iria avaliar a proposta, já que era uma questão pertinente.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a questão do outro comércio tradicional prendia-se com a natureza do próprio comércio, o que poderia ser exposto e em que áreas. A sua regulamentação não era de fácil trato, mas adiantou que o assunto não estava esquecido.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria dos vinte e cinco membros presentes, com a abstenção do Deputado Municipal Hermano Rego:

**1.º** Aprovar a alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, - art. 18.º - Ocupações Diversas, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 12 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES N.º 11 DO ART.º 18.º:**

Pela Câmara Municipal foi presente proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, propondo a alteração ao artigo 18.º (Ocupações Diversas) e cujo teor abaixo se transcreve:

“Na sequência da aprovação, em sessão da Assembleia Municipal de 30 de dezembro de 2013 e posterior aditamento de 30 de abril de 2014, da isenção do pagamento de taxas para a ocupação do espaço público no âmbito do Licenciamento Zero, pelos estabelecimentos do setor automóvel com sede no Concelho de Lagoa, propõe-se a prorrogação do regime de exceção durante o ano de 2015.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a presente proposta visava a prorrogação do regime de execução durante o ano de 2015, no que se referia à isenção de taxas para a ocupação do espaço público, no âmbito do licenciamento zero.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Aprovar a alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, - art. 18.º - Ocupações Diversas, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



**PONTO N.º 13 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA - AÇORES:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que a Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 29/11/2011, aprovou a alteração ao REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DO MUNICIPIO DE LAGOA - AÇORES, permitindo um regime excecional para os anos de 2012, 2013 e 2014 de uma redução direta nas taxas de construção, nomeadamente as TE (taxa de emissão) e TMU (taxa pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas) do Capítulo VII do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores);

Atendendo à recessão económico-financeira que o País está a atravessar e que não se prevê uma evolução favorável para o ano de 2015;

Considerando que a Câmara Municipal de Lagoa continua empenhada em criar condições para a fixação de pessoas e empresas no Concelho, na promoção da economia local e na criação de emprego, propõe-se a prorrogação do regime de exceção durante o ano de 2015.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a presente proposta visava prorrogar para o ano de 2015 o regime excecional de redução de taxas de licenciamento, tal como já tinha acontecido em 2012, 2013 e 2014.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Aprovar a alteração do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 14 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Apoio no Domínio da Habitação do Município de Lagoa, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

O Regulamento Municipal de Apoio no Domínio da Habitação do Município de Lagoa prevê a atribuição de diversos apoios no âmbito da habitação degradada, nomeadamente apoios financeiros, apoios com prestação de serviços e apoio na aquisição de terrenos aos agregados familiares que comprovadamente se encontrem em situação económica considerada precária e em condições habitacionais comprovadamente desfavoráveis.

Não obstante a previsão da prestação dos referidos apoios, o referido Regulamento não contém qualquer norma regulamentar que obrigue o registo de ónus de inalienabilidade nas habitações sujeitas aos referidos apoios, como forma de garantir que o apoio se destinou exclusivamente à melhoria das condições habitacionais dos beneficiários e que estes não retirem uma vantagem patrimonial pelo apoio concedido.

Que o referido regulamento também não contém qualquer norma que verse sobre as obrigações dos beneficiários dos apoios atribuídos pela Autarquia.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea k), do n.º1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho a alteração do referido Regulamento Municipal, com o aditamento de cinco artigos, 13.º-A, 13.º-B, 13.º-C, 13.º-D, 13.º-E, referentes ao ónus de inalienabilidade das habitações sujeitas a apoio autárquico, e um artigo, 16.º-A, referente às obrigações do beneficiário.

Nestes termos, os mencionados artigos do regulamento terão a seguinte redação:

#### **Artigo 13-A.º**

##### **Ónus de inalienabilidade**

- 1 - As habitações estão obrigatoriamente sujeitas a um ónus de inalienabilidade pelo prazo de cinco anos, a contar da data de conclusão das obras objeto do apoio ou da aquisição do terreno, consoante o caso, e independentemente do valor do apoio concedido.
- 2 - O ónus previsto no número anterior está sujeito a registo, cuja inscrição deve mencionar a respetiva natureza e prazo.
- 3 - A caducidade do ónus pelo decurso do prazo determina o averbamento oficioso deste facto.

#### **Artigo 13.-Bº**

##### **Levantamento do ónus de inalienabilidade**

- 1 - Todo o beneficiário que pretender alienar a habitação apoiada ou terreno adquirido com comparticipação autárquica antes do termo do prazo referido no artigo anterior deverá requerer o levantamento do ónus de inalienabilidade.
- 2 - O exercício da faculdade referida implicará o reembolso à Autarquia Lagoa da totalidade dos valores comparticipados.

#### **Artigo 13-C.º**

##### **Caducidade do ónus de inalienabilidade**

- 1 - O ónus de inalienabilidade caduca nos casos em que haja lugar à venda ou adjudicação da habitação em processo de execução para pagamento de dívidas decorrentes de empréstimos

para aquisição da habitação ou para a realização das obras comparticipadas nos termos do presente regulamento.

2 - Às situações previstas no n.º 1 é aplicável o regime contido no n.º 2 do artigo anterior.

#### **Artigo 13-D.º**

##### **Cessação do ónus de inalienabilidade**

O ónus de inalienabilidade cessa, sendo permitido o seu levantamento sem lugar a reembolso, nos casos de:

- a) Morte ou invalidez permanente e absoluta do beneficiário ou do cônjuge;
- b) Inadequação da habitação ao agregado familiar pelo aumento do número dos descendentes do 1.º grau, salvo se a habitação apoiada for passível de ampliação.

#### **Artigo 13-E.º**

##### **Alienação decorrido o prazo do ónus de inalienabilidade**

A alienação da habitação apoiada ou do terreno adquirido com comparticipação autárquica, decorrido o prazo do ónus de inalienabilidade, obriga o beneficiário a restituir à Autarquia de Lagoa 30 % da comparticipação financeira concedida.

#### **Artigo 16-A.º**

##### **Obrigações do beneficiário**

1 - Sem prejuízo das obrigações gerais respeitantes à intervenção de qualquer cidadão num procedimento administrativo, o beneficiário fica especialmente obrigado a:

- a) Assegurar o registo do ónus previsto no artigo 13-A.º do presente diploma e fazer prova do mesmo antes da concretização do subsídio;
- b) Iniciar as obras no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação do deferimento do apoio, salvo impedimento que lhe não seja imputável e concluir as obras no prazo máximo de 12 meses a contar da data do seu início, salvo impedimento que lhe não seja imputável;
- c) Cooperar nas ações de fiscalização e controlo exercidas pela Autarquia de Lagoa e respeitantes quer ao processo de candidatura, quer à execução dos trabalhos, quer ao acatamento das obrigações supervenientes;
- d) Utilizar o montante concedido para os correspondentes fins determinados pela Autarquia de Lagoa;
- e) Comunicar à Autarquia de Lagoa todas as alterações substanciais da situação económica do seu agregado familiar bem como qualquer alteração de circunstâncias relativamente à verificação dos critérios de seleção."

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a presente proposta vinha reforçar as garantias dos apoios

atribuídos, no âmbito do Regulamento de Apoio à Habitação, introduzindo o ónus de inalienabilidade pelo prazo de cinco anos.

Referiu que, ocasionalmente, existiam apoios consideráveis e que, mais tarde, as pessoas acabavam por vender as moradias e aquele benefício que fora executado pela Autarquia passava para terceiras pessoas, o que não era, de forma alguma, correto. Assim, a inclusão do onus de inalienabilidade era uma garantia para o Município, sendo que as habitações estavam, obrigatoriamente, sujeitas a um ónus de inalienabilidade pelo prazo de cinco anos, a contar da data de conclusão das obras objeto do apoio ou da aquisição do terreno, consoante o caso, e independentemente do valor do apoio concedido.

Contudo, aquando da elaboração da proposta, por lapso, não fora definido o valor mínimo do apoio a partir do qual ficavam as habitações sujeitas ao onus de inalienabilidade. Assim, a Assembleia Municipal possuía duas alternativas:

- Devolver o assunto à Câmara Municipal para ser corrigido o respetivo artigo e ser novamente presente à Assembleia Municipal para aprovação na sessão de fevereiro do próximo ano ou;
- Aprovar a alteração ao regulamento com a recomendação à Câmara Municipal para fixar o valor, sendo posteriormente o assunto presente à Assembleia Municipal para conhecimento, o que permitiria o regulamento ficar aprovado naquela sessão.

O Deputado Municipal Rui Meneses sugeriu que o senhor Presidente da Câmara apresentasse o valor que entendesse como razoável, o qual poderia ser discutido naquela sessão, ou mais tarde, ao que o senhor Presidente sugeriu o valor de 2.000,00€ (dois mil euros).

O Deputado Municipal Rui Meneses informou que entendia ser um valor muito irrisório, propondo no mínimo o valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), sublinhando que, da parte do Grupo Parlamentar do PSD, não havia qualquer inconveniente para que a referida alteração ficasse aprovada naquela sessão, tendo o senhor Presidente informado que concorda com o valor proposto pelo senhor Deputado Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

- 1.º** Aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Apoio no Domínio da Habitação do Município de Lagoa – Açores, nos termos da g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, recomendado à Câmara Municipal o valor de 5.000,00€ como valor mínimo do apoio a partir do qual ficam as habitações sujeitas ao onus de inalienabilidade.
- 2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

## **PONTO N.º 15 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Regulamento para atribuição do cartão do idoso, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que no artigo 9º, do atual regulamento em vigor, encontra-se definido os benefícios a atribuir aos munícipes com Cartão Municipal de Idoso, nomeadamente ponto 1 alínea a) e ponto 3, que se referem ao desconto a aplicar nas tarifas de consumo de água, resíduos e saneamento;

Considerando que a medida de atribuição de descontos na tarifa de consumo de água, resíduos e saneamento, no caso em que os idosos coabitem com outros elementos, incidem sobre todos os elementos do agregado familiar, sendo o objetivo da presente medida apoiar especificamente os idosos;

Tendo em vista a introdução de maior justiça social nos benefícios a atribuir aos idosos que coabitam com familiares é aplicado a nova fórmula de benefícios:

**Td = (n.º idosos da habitação / n.º total de elementos do agregado familiar) x 50%**

Sendo que:

**N.º Idosos da habitação** = considera-se o titular do contrato de abastecimento de água e o seu cônjuge que também tenha cartão municipal de idoso

**N.º Total de elementos do agregado familiar** = considera-se o número de elementos que coabitam na habitação incluindo os próprios idosos.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a presente proposta visava a introdução de um critério de correção nos descontos a aplicar, por forma a ser mais justo nos casos de coabitação dos idosos com familiares.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes: **1.º** Aprovar a alteração do Regulamento para Atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa – Açores, nos termos da g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

## **PONTO N.º 16 – PROPOSTA – COMPARTICIPAÇÃO NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NO ÂMBITO DO CARTÃO DO IDOSO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de comparticipação na aquisição de medicamentos no âmbito do cartão do idoso, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento para atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa – Açores, em concreto a previsão da possibilidade de, anualmente, a Câmara Municipal de Lagoa poder conceder outros benefícios aos titulares do cartão de idoso;

Considerando que em 2015 prevê-se que seja mais um ano de grandes constrangimentos socioeconómicos para muitas famílias, com maior impacto junto dos mais carenciados e mais idosos;

Neste sentido, proponho que, ao nível do apoio para a aquisição de medicamentos, a Câmara Municipal aprove que se mantenha os atuais 15,00 € de comparticipação mensal, no decurso de 2015”.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a presente proposta visava manter o regime de apoio à aquisição de medicamentos aos titulares do cartão do idoso, no valor de 15€/mensais durante o ano de 2015.

A Deputada Municipal Helena Furtado questionou acerca da idade que os idosos deviam possuir para que lhes fosse atribuído o cartão do idoso, 60 ou 65 anos e, se eram apenas 256 idosos do concelho a beneficiar do mesmo.

O senhor Presidente da Câmara informou que a idade a partir da qual os idosos beneficiavam do cartão do idoso era 65 anos e que, atualmente, usufruíam do mesmo 256 idosos. Obviamente que existiam mais idosos no concelho aos quais não lhes podia ser atribuído o referido cartão de idoso, porque o mesmo era atribuído em função dos rendimentos dos mesmos.

A Deputada Municipal Helena Furtado acrescentou que no concelho existiam idosos a viver em precárias situações, podendo ter algum apoio por parte da Câmara Municipal, nomeadamente a oferta de um cabaz de natal ou uma pensão, mas como não saíam de casa e não iam votar, não lhes era atribuído qualquer apoio ou o cartão do idoso.

Também, informou ter conhecimento de situações de maus tratos a idosos do concelho, pelo que, deveria haver um maior acompanhamento por parte do Gabinete de Ação Social da Autarquia.

O Deputado Municipal Frederico Sousa adiantou que, até, concordava que houvesse um maior acompanhamento, mas para os casos de violência deveria haver denúncia, pois cabia aos mesmos aquele dever.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a atribuição do cartão do idoso estava devidamente regulamentada; no entanto podia-se concordar, ou não, com o mesmo, cabendo a quem não concordasse apresentar propostas de alteração ao que estava regulamentado.

Esclareceu ainda que, não correspondia à realidade, o facto de que quem não saia de casa não possuía cartão de idoso, pois tinha conhecimento de alguns idosos acamados que usufruíam do mesmo, por intervenção dos próprios filhos ou até mesmo das Juntas de Freguesia respetivas. No entanto, para que os idosos pudessem usufruir do referido cartão tinham que cumprir com o estipulado no respetivo regulamento e existiam situações que por causa de um ou dois euros não lhes era atribuído o cartão de idoso. Entendia não ser necessário bater de porta em porta, porque, atualmente, as pessoas estavam bem informadas.

Esclareceu, ainda, que não podia aceitar que a Deputada Municipal Helena Furtado dissesse que a Câmara Municipal manipulava os cadernos eleitorais, pois tratava-se de uma afirmação muito grave. Refutando totalmente a afirmação, referiu que iria considerar a afirmação como sendo uma brincadeira, por parte da senhora Deputada.

Aproveitou a oportunidade para dar conhecimento que quando a Autarquia entregou, de forma simbólica, uma pensão por freguesia, aquando da realização do Império de São Pedro, promovido pela Autarquia, tinha ouvido algumas queixas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Aprovar de alteração do Regulamento para Atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa – Açores, nos termos da g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 17 – PROPOSTA – ATUALIZAÇÃO DE VALORES REFERENTE À COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR DAS CRIANÇAS QUE FREQUENTEM O CATL E CEFAL:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de atualização de valores referente à comparticipação familiar das crianças que frequentem o CATL e CEFAL, cujo teor abaixo se transcreve:

“O Município de Lagoa é a entidade responsável pela gerência do Centro de Atividades de Tempos Livres designado de CATL, sito na rua Dr. Herculano Amorim Ferreira, nº11 – edifício da antiga Biblioteca Municipal de Lagoa – 9560 – 095 Rosário, LAGOA e pelo Centro de Atividades de Tempos Livres do CEFAL, sito no edifício do Centro de Educação e Formação Ambiental de Lagoa (CEFAL), Rua da Fábrica, nº 110 Cave, 9560 Rosário, LAGOA.

Estes espaços destinam-se a proporcionar atividades de ocupação de tempos livres a crianças do pré-escolar, 1.º e 2.º ciclos, após o período escolar e durante as interrupções letivas.

Considerando, a necessidade de se atualizar a tabela da comparticipação familiar mensal para o ano de 2015, revisão prevista no regulamento interno destes espaços no ponto 10 do artigo 15º (comparticipação familiar);

Considerando que, estes espaços prestam um serviço de elevada qualidade, permitindo a ocupação dos tempos livres das crianças de uma forma saudável e criativa, estimulando estilos de vida saudáveis e as relações interpessoais;

Considerando que, estes espaços fornecem diariamente um lanche às crianças que frequentam as suas atividades;

Considerando que, o CATL e CEFAL tem uma despesa de 7€ por cada lanche fornecido por criança ao que se acresce gastos correntes, gastos com recursos humanos, material de papelaria e transportes;

Considerando que, apesar destes espaços ter na sua génese uma finalidade social de ocupação de tempos livres das crianças por um valor baixo, longe da real despesa que cada criança acarreta, existe a necessidade de aumento de receita de forma a continuar a proporcionar um serviço de excelência;

Considerando, que cada vez existe uma maior procura por parte da população pelos serviços prestados por estes espaços, sendo a procura maior que a oferta;

Considerando que, atualmente o valor da comparticipação familiar mensal para o primeiro escalão de rendimentos é de 12,00 € por criança;

Proponho a atualização do regulamento interno destes espaços com as seguintes medidas:

- Alargamento em 10% do número de vagas em cada um dos CATL's passando o CATL a ter como limite máximo um grupo de 50 crianças e o CEFAL a ter como limite máximo um grupo de 27;
- Acréscimo de 3,00 € no valor da comparticipação familiar mensal por criança no escalão de rendimentos 1, passando o valor mensal de 12,00 € para 15,00 €.
- Não aplicação do desconto de 30% atualmente existente para o terceiro irmão, aplicando-se os mesmos 20% utilizados no desconto ao segundo irmão."

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a presente proposta consistia numa alteração pontual aos regulamentos internos do CATL e do CEFAL, nomeadamente:

- Alargamento em 10% do número de vagas;
- Acréscimo de 3,00€ na comparticipação mensal mínima, passando de 12€ para 15€;
- Aplicação de 2% de desconto ao terceiro irmão em vez dos 30% anteriormente previstos.



Mais informou que os CATL's não eram financiados pelo Governo Regional, mas sim pelos Municípios e, como tal, não estavam obrigados aos valores mínimos aplicados pelo mesmo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Aprovar a proposta de atualização de valores referente à comparticipação familiar das crianças que frequentem o CATL e CEFAL.

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 18 – ORÇAMENTO DE 2015 – EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, E.M, EM LIQUIDAÇÃO:**

Para conhecimento da Assembleia Municipal foi presente pela Câmara Municipal, o Orçamento de 2015, apresentado pela EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., em liquidação.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou tratar-se de um orçamento em que a Empresa Municipal se encontrava em processo de liquidação, tendo sido aprovado pela Câmara Municipal. O mesmo previa os encargos financeiros do serviço da dívida referente ao passivo, que ainda estava na Empresa Municipal e que com a conclusão do processo de liquidação passava a integrar os bens do ativo e do passivo da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**PONTO N.º 19 – ORÇAMENTO DE 2015 – PORTAS DA LAGOA SA:**

Para conhecimento da Assembleia Municipal foi presente a seguinte informação:

“Na sequência do processo de liquidação da EML será colocada em hasta pública a venda da participação social da EML equivalente a 56% do Capital na sociedade comercial Portas da Lagoa SA.

Considerando o cronograma inerente ao processo de hasta pública, espera-se que o mesmo seja concluído antes do final do corrente ano.

Por conseguinte, é expectável que a 1 de janeiro de 2015 a empresa se encontre privatizada, ou seja, que 100 % do seu capital tenha como titulares os agentes económicos privados, não havendo por isso responsabilidade deste executivo na aprovação do orçamento daquela empresa para o próximo exercício económico.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que, na sequência do processo de liquidação da Empresa Municipal da Lagoa seria colocada em hasta pública a venda da participação social da EML na empresa Portas da Lagoa SA.

Considerando o cronograma inerente ao processo da hasta pública, esperava-se que o mesmo estivesse concluído a 31 de dezembro, do corrente ano, pelo que, a suceder não havia responsabilidade do executivo municipal em aprovar o orçamento do próximo exercício económico.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**PONTO N.º 20 – PROPOSTA – ALIENAÇÃO E ARREMATAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, E.M NA EMPRESA PORTAS DA LAGOA SA:**

Pela Câmara Municipal foi presente o ofício n.º 6 datado de 21 de outubro do corrente ano, emanado da EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, EM, informando que encontrando-se aquela empresa em liquidação e por forma a cumprir o disposto no n.º 2 do art.º 68.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, solicita a aprovação para abertura de procedimento de alienação e arrematação em hasta pública da participação social da E.M.L., E.M., em liquidação na empresa Portas da Lagoa SA conforme documentação anexa.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que, por lapso, na agenda de trabalhos foi referido que o assunto seria para conhecimento da Assembleia Municipal, quando competia à Assembleia Municipal a sua aprovação.

Referiu ainda que existem duas situações que necessitavam ser corrigidas, face aos documentos disponibilizados e que passou a explicar:

- 1.ª No edital onde se lesse “Valor base de licitação para a totalidade das ações, 49.000 ações correspondente a 56,17% do capital social: 87.250,00€ (oitenta e sete mil duzentos e cinquenta euros).” deveria ler-se “Valor nominal da totalidade das ações 49.000 ações, correspondente a 56,16% do capital social: 49.000,00€ (quarenta e nove mil euros).”;
- 2.ª O anexo I (modelo da proposta) do Programa de Procedimento refere 56% quando deverá ser 56,16%.

Face ao acima exposto, pediu desculpas pelo sucedido.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Aprovar a proposta de alienação e arrematação em hasta pública da participação social da EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, EM na empresa Portas da Lagoa SA, nos termos do n.º 1 do art.º 61.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 15 – OUTROS ASSUNTOS:**

No presente ponto, a Presidente da Assembleia Municipal informou que existem três assuntos a deliberar, passando a enumerá-los:

- Conselho Municipal de Saúde – designação de membros;
- Conselho Municipal de Juventude – designação de membros;
- Proposta – Participação Variável no IRS.

O Deputado Municipal Frederico Sousa usou da palavra e informou que, relativamente à designação de membros, o Partido Socialista propunha para o Conselho Municipal de Saúde, a Deputada Municipal Mónica Domingos e para o Conselho Municipal da Juventude, o Deputado Municipal André Almeida.

#### **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – DESIGNAÇÃO DE MEMBROS:**

Pela Câmara Municipal foi presente o ofício n.º 3741 datado de 7 de novembro do corrente ano, solicitando nos termos da alínea c) do Capítulo II do art.º 5.º do Regulamento do Conselho Municipal de Saúde, aprovado pela Assembleia Municipal em sua sessão ordinária de 30 de setembro de 2014, a designação de um membro de cada partido representado na Assembleia Municipal para integrar o referido Conselho.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Indicar os seguintes membros para integrar o Conselho Municipal de Saúde:

- Mónica Isabel Barranqueiro Domingos – Partido Socialista;
- Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado – Partido Social-Democrata;
- Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara – Partido Popular;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE – DESIGNAÇÃO DE MEMBROS:**

Pela Câmara Municipal foi presente o ofício n.º 3762 datado de 7 de novembro do corrente ano, solicitando nos termos da alínea b) do Capítulo II do art.º 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude, aprovado pela Assembleia Municipal em sua sessão ordinária de 30 de abril de 2014, a designação de um membro de cada partido representado na Assembleia Municipal para integrar o referido Conselho.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

**1.º** Indicar os seguintes membros para integrar o Conselho Municipal de Juventude:

- André Carvalho Almeida – Partido Socialista;
- Paulo Nuno de Faria Reis – Partido Social-Democrata;
- Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara – Partido Popular;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **PROPOSTA – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta da participação variável no IRS, cujo teor abaixo se transcreve:

“Face à entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, determina o n.º 2 do art.º 26.º que a participação dos municípios no IRS depende de deliberação sobre a percentagem deste imposto, pretendida pelos municípios;

Esta deliberação deve ser comunicada por via eletrónica pelas Câmaras Municipais à Autoridade Tributária (AT) até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos;

Ao contrário do que se verificava no âmbito da anterior Lei das Finanças Locais, atualmente a ausência da referida comunicação ou a comunicação para além da data referida equivalem à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável no IRS por parte dos municípios;

Face ao acima exposto, proponho nos termos do n.º 1 do art.º 26.º Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a aplicação da taxa de 5% sobre a participação variável no IRS (rendimentos de 2015 a cobrar em 2016).”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a presente proposta resultava da alteração da Lei das Finanças Locais, dependendo da aplicação da taxa de deliberação. A Direção Geral das Autarquias Locais tinha feito aquele alerta, após a saída da agenda de trabalhos para a presente sessão, e como não haveria mais nenhuma sessão da Assembleia Municipal até ao final do ano, o assunto tinha sido presente fora da agenda. Sublinhou que teria de ser comunicado ao Serviço de Finanças, até ao próximo dia 31 de dezembro, a taxa a aplicar pelo Município, caso contrário implicaria perda de receita para o mesmo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes:

- 1.º** Aprovar a aplicação da taxa de 5% sobre a participação variável no IRS (rendimentos de 2015 a cobrar em 2016).
- 2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

Não se observou nenhuma intervenção.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos os membros e público presente e pelo facto de não se prever nenhuma sessão da Assembleia Municipal, antes do final do ano, aproveitou para desejar a todos um Feliz Natal e um próspero Ano Novo.

De seguida, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que aproveitou a oportunidade para desejar, igualmente, a todos um Feliz Natal e um excelente ano de 2015, convidando todos os senhores Deputados Municipais a participar no almoço de Natal que iria se realizar no dia 19 de dezembro, pelas 13h00, no Parque Municipal de Máquinas. Mais informou que, oportunamente, seria enviado convite a todos.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas e quinze minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

---

A SEGUNDA SECRETÁRIA

---